

Pobreza, políticas públicas, racismo, violência, cárcere, sexualidade e política

Tânia Mara Campos de Almeidaⁱ

i. Tânia Mara Campos de Almeida, editora-chefe da *Revista Sociedade e Estado*, é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Com alegria e satisfação, com o presente número encerro minha participação na posição de editora-responsável desta prestigiosa revista após um pouco mais de dois anos. Foi uma honra contribuir com a difusão do conhecimento científico de ponta na área das ciências sociais, em especial da sociologia, entre seus autores(as) e leitores(as), público interessado que se encontra majoritariamente no Brasil, na América Latina e na Península Ibérica. De todo modo, seguirei colaborando com a equipe editorial por mais tempo, como uma das editoras-adjuntas, função que exerci entre os anos 2012 e 2016. Desde então aprendi, na lida diária, que *Sociedade e Estado* é fruto de um intenso trabalho coletivo, articulado e horizontal. Trabalho este que envolve diretamente colegas, técnico, revisor, diagramador, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UnB, bem como os(as) inúmeros(as) pareceristas que atuam generosa e voluntariamente com suas avaliações.

Este número reúne doze artigos e três resenhas, mantendo o padrão habitual dos anteriores, em particular quando o material não compõe um dossiê temático. Contudo, há afinidades entre eles, facilitando a quem procura se informar e formar em um tema em específico. Ou seja, o(a) leitor(a) tem oportunidade de encontrar, nas próximas páginas, mais de um artigo sobre pobreza, políticas públicas, racismo, violência, cárcere, sexualidade e política.

Da Universidade Católica de Minas Gerais, um coletivo de pesquisadores(as) assina “A pobreza no Maranhão: uma análise com base na perspectiva multidimensional”, que objetiva mensurar e caracterizar o fenômeno no referido estado e seus municípios. Em linhas gerais, foi usado o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) para discutir as potencialidades da abordagem multidimensional da pobreza. Os resultados apontaram para uma incidência de pobreza multidimensional muito pequena em comparação com a pobreza monetária, o que implica em focalização das situações de pobreza aguda, associadas a privações simultâneas e de difícil superação. O combate à pobreza deve ser realizado por meio de políticas públicas e projetos

sociais voltados à infraestrutura, formalização do trabalho e melhoria da educação da população adulta.

Sobre a pobreza infantil em Portugal, trata o artigo “Escala do índice de exposição da criança à privação material em Portugal: validação e interpretação”, de Maria Teresa Gonzaga Alves, Amélia Bastos e Maria Eugénia Ferrão. As autoras visaram contribuir para a validação e interpretação da escala do índice de exposição da criança à privação material no domicílio com base na amostra portuguesa do EU-Statistics on Income and Living Conditions (EU-Silc) de 2017. Por ser o EU-Silc aplicado nos países da União Europeia, as autoras esperam que sua metodologia possa ser estendida a outras nações, permitindo o monitoramento anual da pobreza infantil em larga escala.

“Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas” é o título do trabalho bibliográfico sistemático e revisionista de Jessica Rani Ferreira de Sousa, Leonardo Ferreira Batista e Diogo Henrique Helal. Seus resultados, após análise bibliométrica e metanálise das publicações, indicam os modelos, os temas e as lacunas que formam um campo significativo para teorizações e aplicações empíricas das políticas públicas. Finaliza com a apresentação de uma agenda para investigações futuras.

No artigo seguinte, também de perfil teórico, “Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social”, Paula Márcia de Castro Marinho aborda conflitos religiosos atuais no país com base em uma reflexão bibliográfica voltada à intolerância nacional. A tese defendida afirma que tal intolerância articula-se por quatro vertentes de sinergia e performance que se retroalimentam: legado colonial do racismo epistêmico, disputa pelo mercado religioso, religiosidade nacional crédula de soluções mágico-religiosas e o uso da violência para a solução de conflitos em nossa sociedade.

Pedro Henrique Antunes da Costa e Kíssila Teixeira Mendes escreveram “Negro: de bom escravo a traficante. Contribuições de Clóvis Moura à crítica da Guerra às Drogas no Brasil”. Ao recuperarem as análises de Clóvis Moura, bem como a centralidade da questão racial na formação social brasileira, observam a “Guerra às Drogas” como mecanismo discricionário de imposição de obstáculos ao negro por criminalização, encarceramento e extermínio, bem como por barragem econômica, política e ideológica. Além disso, vê-se como a sociologia da práxis negra do pensador em pauta permite compreender a passagem do negro como objeto da “Guerra às Drogas” a sujeito político de sua crítica e superação, vinculando a luta antiproibicionista à luta de classes, ao combate antirracista e anticapitalista.

A questão da violência e do cárcere também é tratada em “Sexualidade das mulheres em um presídio misto brasileiro: relações de poder e violências múltiplas”, por Ana Cristina Costa Figueiredo, Márcia Stengel e Alexandra Oliveira. As autoras analisam o tema por meio de entrevistas semiestruturadas com reclusas do sistema penitenciário, evidenciando a dimensão afetiva da sexualidade e as inúmeras opressões vividas por elas. Mostram, enfim, a sobreposição da vigilância e dos impedimentos para o exercício da sexualidade feminina na instituição, desvelando restrições ao direito às visitas íntimas e intrincadas relações de poder.

Em perspectiva bem distinta, o tema da sexualidade permanece no trabalho “Uma sociologia do escândalo da Mostra Queermuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre”. Fernando de Figueiredo Balieiro analisa o escândalo ocasionado pelo fechamento da exposição Queermuseu, em Porto Alegre (RS), no ano de 2017, a partir da mobilização nas plataformas digitais que acusavam a mostra de promotora de “pedofilia”, “zoofilia” e “blasfêmia”, bem como difundiam uma ideia de esquerda política associada à “perversão moral” das crianças nessa esfera pública técnico-midiatizada. O artigo contribui, ainda, para discutir aspectos da acentuada midiatização da política na era digital.

Meandros da política no ambiente virtual contemporâneo, fenômeno que atravessa vários países, encontram-se em “Atores políticos e promoção de conteúdos desinformativos no Twitter. O caso da Espanha”. Em coautoria, Elias Said-Hung e Iago Ocarranza-Prado dedicam-se ao papel desempenhado pelos principais grupos políticos espanhóis na circulação de conteúdos desinformativos no Twitter. Os resultados, após estudos estatísticos, apontam para alto grau de coocorrência com os conteúdos desinformativos identificados por Maldita.es e Newtral.es, confirmando a atuação intencional desses atores.

O artigo na sequência é “Quem se abstém no Brasil? Competição local e efeito da Covid-19 na participação do eleitor no primeiro turno da eleição municipal de 2020”. A política segue em debate nas penas de Emerson Urizzi Cervi e Felipe Borba ao analisarem os efeitos de variáveis políticas associadas à pandemia da covid-19 na abstenção eleitoral das eleições municipais de 2020. Do ponto de vista agregado, municípios com mais mortes por Covid-19 tenderam a uma maior abstenção. Contudo, ao se considerar o número de candidatos, usado como indicador de competição eleitoral, nota-se efeito contrário. Em perspectiva micro, observa-se que homens, com baixa escolaridade e idade acima de 40 anos, tenderam a participar menos desse pleito.

Dois artigos centram-se em destacadas personalidades políticas brasileiras: “Rasguem o que escrevi? Uma análise comparada do intelectual e do presidente Fer-

nando Henrique Cardoso”, de Rodrigo Badaró de Carvalho; e “(Re)lembrando Jango hoje: uma análise sociológica das memórias sobre João Goulart”, de Barbara Goulart. O primeiro investiga a relação entre as construções teóricas de Fernando Henrique Cardoso e seus principais projetos levados adiante, décadas depois, pelo então presidente da República FHC. A hipótese de que, *grosso modo*, há continuidade entre as propostas desenvolvidas pelo teórico e aquelas empunhadas pelo político é, por fim, afirmada. O segundo analisa as memórias das esquerdas políticas dos anos 1960 sobre João Goulart, concluindo que, ao longo das últimas décadas, tais memórias sofreram alterações significativas, sendo Goulart inicialmente considerado pelas esquerdas um presidente conciliador, nos dias de hoje é observado como líder democrático e bem-intencionado.

O último dos artigos deste conjunto, reunido por fluxo contínuo, é “A ascensão chinesa e nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemonias”. Julice Salvagni, Magda Georgia dos Santos, Marília Veríssimo Veronese e Róber Iturriet Avila se dedicam à nova rota da seda, iniciativa chinesa de impactos geopolíticos e econômicos globais. Destaca-se a dinamização da economia e do comércio com outros países por meio de melhorias logísticas e de infraestrutura. O êxito da China é focalizado no presidente Xi Jinping para a iniciativa, a qual apresenta potencial desafiador à supremacia ocidental, cujo expoente hegemônico são os Estados Unidos.

Três resenhas participam do presente número: “Bitcoin: o filho rebelde do neoliberalismo”, de Rodrigo Santaella Gonçalves; “A domesticação do talento no capitalismo do século XXI: uma leitura alternativa da criatividade”, de Jefferson Dantas Santos; e “Economia do desgaste dos corpos racializados sob o ponto de vista do feminismo decolonial”, de Guilherme Marcondes e Roberto Marques.

Como de praxe, *Sociedade e Estado*, traz ainda resumos de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL/UnB) em sua versão hospedada na plataforma SEER.

